Modelo n.º 1 Transp. . . . CÔNJUGE IMPRESSO DE SUBSÍDIO DE FAMÍLIA Nome Rendimento mensal (2) (Data de entrada no serviço) PREENCHER PELA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS Em . . . / . . . / . . . (1) Rendimento Grau de SERVIÇO:... Parentesco NOME: . . . CATEGORIA: 3 (Data de entrada na DSF) PESSOAS RELATIVAMENTE ÀS QUAIS SOLICITA **ASCENDENT** SUBSÍDIO MENORES (até 18 anos) Valor Data do Grau de Nome dos Parentesco Nascimento Subsídios Rendimento Grau de Nome mensal (2) Parentesco , . . . / . . . / . . . EQUIPARADOS DOS 18 AOS 21 ANOS, MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO O signatário prova o seu direito ao subsídio de Total DIRECÇÃO MÉDIO OU SUPERIOR família com (3) . . . e declara sob a sua inteira responsabilidade que estão a seu cargo todas as pessoas inscritas neste boletim nos termos das disposições 9 O Encarregado, legais que regulam a concessão do subsídio de fa Em . . ./. . ./. . . DOS Macau, em de (4) . . . Abono a partir de: SERVIÇOS ATÉ AOS 24 ANOS MATRICULADOS NOTA: AS FALSAS DECLARAÇÕES OU OS FALSOS TESTEMUNHOS PRESTADOS PARA EFEITOS DESTA DECLARAÇÃO SERÃO PUNIDOS CRI-EM CURSO SUPERIOR Importância a pagar, DE MINAL E DISCIPLÍNARMENTE. . . , O Director dos (1) Rubrica do funcionário que recebe o impresso Servicos. no serviço a que pertence o requerente. AO ABRIGO DO N.º 3 DO ART. 3.º (2) Indicar o quantitativo e a sua natureza: V (vencimento), P (pensões), R (rendas), D (diversos). Em . . ./. . ./. , Não preencher se não tiver qualquer rendimento (3) Indicar a forma como é feita a prova do direito ao subsídio: "Documentos" ou/e "declarações"

A transp. . . .

Decreto-Lei n.º 44/84/M de 19 de Maio

Encontrando-se desde Dezembro de 1979 em funcionamento na Direcção dos Serviços de Finanças de Macau um Núcleo de Informática;

Tendo sido publicado o Decreto-Lei n.º 13/84/M, de 10 de Março, que cria e define as carreiras do pessoal de informática na Administração Pública do Território;

Mostrando-se necessário criar na estrutura do pessoal da Direcção dos Serviços de Finanças o respectivo quadro, onde o pessoal que presta serviço no Núcleo de Informática venha a ser integrado;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º No mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 27-G/79/M, de 28 de Setembro, é aumentado o seguinte quadro com as

unidades a seguir discriminadas:

(4) Assinatura do requerente.

Pessoal de nomeação ou comissão Quadro de informática

Designação	Categorias	N.º de lugares criados	N.º de lugares dotados
Técnicos de informática —	-		
principais/1.a/2.a	E/F/G	5	2
Programadores	H	5	2
Operador-chefe	H	1	
Operadores de consola	I	3	,
Operadores principais/1.a/	1		
/2.ª	J/L/M	12	8

Art. 2.º A dotação dos restantes lugares criados será feita consoante as necessidades de serviço e existência de disponibilidades orçamentais na tabela de despesa ordinária do orçamento geral do Território.

e-

Assinado em 18 de Maio de 1984.

Publique-se.

O Governador, Vasco de Almeida e Costa.